

Justiça abre campo a peritos em ambiente

O saber dos acadêmicos ajuda na decisão dos freqüentes julgamentos de questões ambientais

LINA DE ALBUQUERQUE

Nas questões relativas ao meio ambiente, a Justiça nunca esteve tão próxima das universidades. Por trás de ações polêmicas, como o pedido de devolução do boto do Exotiquarium, aquário comercial do Morumbí Shopping, ao seu lugar de origem, ou o embargo das obras de empreiteiras nos morros no Guarujá, figuram sempre renomados pesquisadores do meio acadêmico. No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado terça-feira, professores universitários de várias áreas do conhecimento estarão dividindo o seu tempo entre aulas e complicados pareceres fornecidos ao Ministério Público.

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) organiza nos próximos dias um ciclo de palestras ecológicas endereçadas exclusivamente a procuradores da República e juizes, sob a coordenação do biólogo Arif Cais, professor de zoologia em São José do Rio Preto. Desde que foi solicitado a fazer uma perícia no caso do bo-

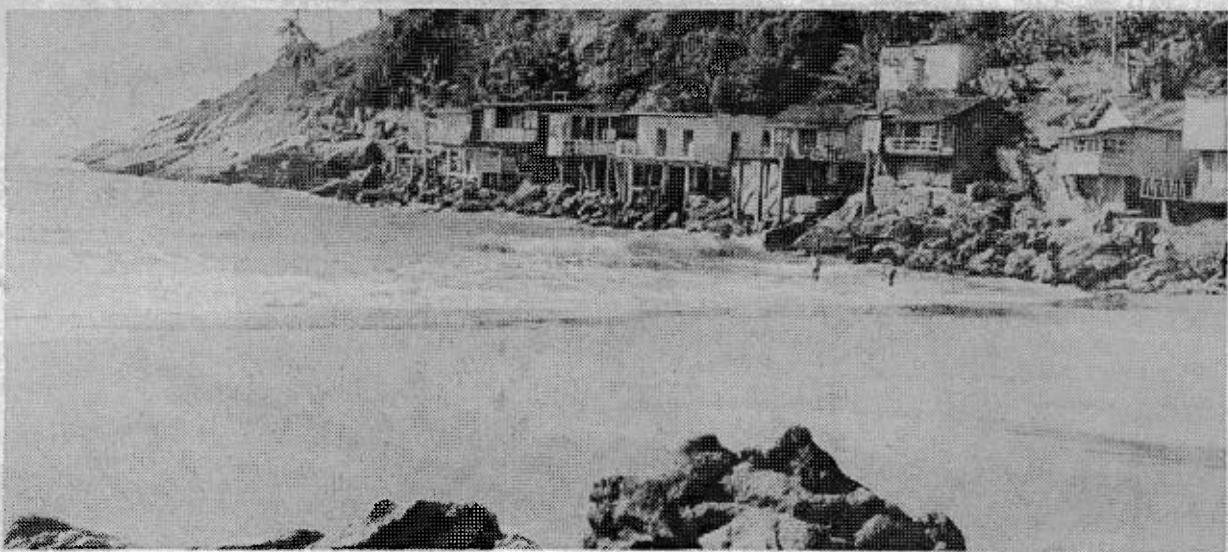
to cor-de-rosa do Exotiquarium, que acabou devolvido ao Rio Formoso, em Goiás, em agosto de 1988, Cais tornou-se uma espécie de conselheiro em tempo integral para diversas ações sobre maus-tratos a animais movidas pelo Ministério Público. Recentemente, foi chamado a opinar a respeito dos possíveis descuidos com os leões-marinhos do Oceanorium, em Santos. Nos dois episódios, ofereceu opinião contrária à permanência dos animais nesses locais.

Mas nem sempre os pareceres de especialistas prejudicam interesses comerciais. Graças à consultoria do biólogo Werner Bokermann, sugerida pela Unesp ao Ministério Público, o circo Orlando Orfei pôde continuar apresentando o seu número de ursos polares. "Disse ao procurador que esses bichos deveriam ter nascido em cativeiros porque hoje é muito complicado cacá-los no Pólo Norte", contou Bokermann. Além disso, ele prosseguiu, os ursos não sofrem com a variação de temperatura pois seus organismos apresentam um mecanismo de auto-regulação de calor. De fato, o circo mantinha farta documentação sobre a criação dos ursos em cativeiros da Alemanha.

Por força da Lei dos Interesses Difusos, de 1985, qual-

quer pesquisador que recusar o seu laudo técnico ao Ministério Público está sujeito a uma pena de reclusão de até três anos. Um texto de semelhante teor acabou de ser incorporado na Constituição do Estado. "É preciso deixar claro que essas colaborações não ficam apenas ao sabor da boa-vontade", apontou Édis Milaré, curador do meio ambiente em São Paulo. "Embora os especialistas estejam cada vez mais conscientes da importância da socialização do saber na ecologia."

Não foi necessária a existência de uma lei, porém, para a Universidade de São Paulo (USP) criar, há quatro anos, a Comissão de Estudos dos Problemas Ambientais (Cepa), cujo principal objetivo era colocar o potencial acadêmico a serviço dos órgãos públicos. Os pareceres de impacto ambiental da equipe do professor Luis Tommasi, diretor do Instituto Oceanográfico e ex-diretor da Cepa, resultaram no embargo de obras em diversos morros do Guarujá, como o Sorocotuba. Na opinião do professor de direito ambiental da PUC-SP, o promotor Antônio Benjamin, a participação das universidades na resolução de ações ecológicas deve aumentar na medida em que a sociedade acorda para a dimensão do problema ambiental.



Alberto Marques/AE

Morro Sorocotuba, no Guarujá: obras embargadas depois de parecer do professor da USP

Campanha é punição para SBT

Sob o olhar vigilante do Ministério Público, o humorista Sérgio Malandro, o palhaço Bozo e a apresentadora Mara Maravilha começam a gravar, esta semana, as primeiras cenas da maior campanha ecológica promovida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), orçada em US\$ 1 milhão. Foi a forma encontrada pela Justiça para punir a TVS pela exibição de imagens de perversidades contra animais, como a luta-livre de dois carangueijos, no programa dominical de Silvio Santos, ou os maus-tratos a araras, obrigadas a resistir ao calor dos holofotes do programa TV Animal, de Gugu Liberato.

As agressões levaram ambientalistas a acionar o procurador Luiz Alberto David de Araújo, responsável em São Paulo pela abertura de processo relativos a ecologia na Justiça Federal. Araújo solicitou uma liminar para sus-



Itamar Miranda/AE

Arara: vítima dos holofotes de Gugu Liberato

pendar os quadros, mas a medida foi negada pelo juiz da 19ª Vara Cível. Mesmo assim, temerosa das repercussões negativas do processo, a emissora procurou a Procuradoria da República para propor um acordo: realizar uma campanha ecológica durante 75 dias através de cinco chamadas diárias de 15 a 30 segundos. A campanha publicitária

deve entrar no ar dentro de 15 dias. "O Ministério Público é muito rigoroso", diz Leon Abravanel Júnior, sobrinho de Silvio Santos e diretor de produção da TVS. "Devido à proibição de exibir espécies da fauna exótica brasileira em estúdio, a TV Animal acabou ganhando o constrangedor apelido de TV Granja", reclama. (L.A.)